

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ELIANE THAYS BRITO DA COSTA

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LAR
PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASCAVEL- PR

CASCAVEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ELIANE THAYS BRITO DA COSTA

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LAR
PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASCAVEL- PR

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Defesa.

Professor Orientador: Ana Paula Rodrigues
Horita Bergamo.

Professor coorientador: Gabriela Bandeira
Jorge.

CASCAVEL
2020

ELIANE THAYS BRITO DA COSTA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LAR
PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASCAVEL- PR**

DECLARAÇÃO

Declaro que realizei em (mês e ano) a revisão linguístico textual, ortográfica e gramatical da monografia e artigo científico (se houver) de Trabalho de Curso denominado: **Título do TC, com subtítulo**, de autoria de **Nome Completo e Sobrenome**, discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG e orientado e coorientado (em havendo) por **Nome(s) Completo(s) e Sobrenome(s)**.

Tal declaração contará das encadernações e arquivo magnético da versão final do TC acima identificado.

Cascavel, dia, mês, 2020.

ELIANE THAYS BRITO DA COSTA

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo/FAG/2020

RG nº (inserir nº do RG, e órgão de expedição)

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ELIANE THAYS BRITO DA COSTA

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LAR
PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASCAVEL- PR

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor (titulação e nome completo do professor) e coorientação (se houver) de (titulação e nome completo).

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula Horita Bergamo, Orientador (a)
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista

Gabriela Bandeira Jorge, Coorientador(a)
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista

Professor(a) Avaliador(a)
Instituição a que pertence
Titulação

Cascavel/PR, dia de mês de 2020

DEDICATÓRIA (opcional)

Não precisa para Qualificação e para o 1º bimestre da Defesa. Opcional para 2º semestre Defesa

A dedicatória é um elemento opcional, que se apresenta em folha própria, na qual o autor presta homenagem ou dedica o seu trabalho. Deve ser colocada logo após a folha de aprovação. Para sua confecção pode-se escrever ou não a palavra DEDICATÓRIA. A composição e a distribuição do texto na folha também é opção pessoal do autor do trabalho.

AGRADECIMENTOS (opcional)

Não precisa para Qualificação e para o 1º bimestre da Defesa. Opcional para 2º semestre Defesa

Em folha própria, o autor faz seus agradecimentos a quem contribuiu de maneira relevante à elaboração do seu trabalho. É também elemento opcional. Quando utilizados, os agradecimentos aparecem na página seguinte à dedicatória, em texto normal, com ou sem o título.

RESUMO

O resumo é um elemento obrigatório dos trabalhos acadêmicos e constitui-se de uma breve exposição do trabalho a partir de uma sequência de frases concisas e objetivas e não de uma simples enumeração de tópicos. O texto deve ser redigido em parágrafo único, com espaçamento simples de entrelinhas, sem recuo de margem de parágrafo, e sua extensão de ser de entre 150 a 500 palavras para trabalhos de conclusão de curso. O assunto tratado deve ser ressaltado, assim como o problema que deu origem à pesquisa, os métodos seguidos, os resultados e as conclusões do trabalho. Sugere-se usar o verbo no impessoal. Citações bibliográficas não devem ser usadas.

Palavras chave: Após o resumo, devem-se incluir de três a cinco palavras-chave, em tamanho 12, com a mesma fonte do corpo do texto, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Não precisa para Qualificação e para o 1º bimestre da Defesa. Opcional para 2º bimestre Defesa

Trata-se da versão do Resumo para um idioma de divulgação internacional, normalmente exigido quando se tratam de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos científicos. Deve ser digitado em folha separada. Na versão em inglês denomina-se ABSTRACT; em espanhol, RESUMEN; em francês RÉSUMÉ.

Palavras-chave em língua estrangeira: mesmas regras das palavras-chave, em tradução para a mesma língua estrangeira escolhida no Resumo.

LISTA DE SIGLAS:

SAM	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES
FUNABEM	FUNDAÇÃO NACIONAL DE BEM-ESTAR DO MENOR
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTES
CONANDA	CONSELHO NACIONAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PNBEM	POLÍTICA NACIONAL DE BEM-ESTAR DO MENOR
CBIA	CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
IBEGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA
ONG	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 01: Roda de expostos.....	17
FIGURA 02: Caminho da visão.....	31
FIGURA 03: Fachada Jardim de Infância Forfatterhuse.....	33
FIGURA 04: Playground, Jardim de Infância Forfatterhuse.....	34
FIGURA 05: Interior e Jardim, Jardim de Infância Forfatterhuse.....	35
FIGURA 06: Fachada, Casa de Acolhimento para menores.....	35
FIGURA 07: Parque externo, Casa de Acolhimento para menores.....	36
FIGURA 08: Interior, Casa de Acolhimento para menores.....	37
FIGURA 09: Fachada, Centro de Bem-Estar Para a Criança e Adolescentes.....	38
FIGURA 10: Interior, Centro de Bem-Estar Para a Criança e Adolescentes.....	38
FIGURA 11: Fachada, Lar Amigos de Jesus – Fonte site: lar amigos de Jesus.....	39
FIGURA 12: Interior, Lar Amigos de Jesus – Fonte site: lar amigos de Jesus.....	40
FIGURA 13: Mapas de Localização.....	41
FIGURA 14: Fachada, do Recanto da Criança.....	42
FIGURA 15: Casa para dormitórios, do Recanto da Criança.....	42
FIGURA 16: Recanto da Criança, imagem satélite.....	43
FIGURA 17: Mapa das edificações residenciais.....	44
FIGURA 18: Movimento do sol e ventos.....	44
FIGURA 19: Situação ilustrativa do terreno.....	45
FIGURA 20: Plano de massa e fluxograma – Setor Administrativo.....	46
FIGURA 21: Plano de massa e fluxograma – Casa de Dormitórios.....	46
FIGURA 22: Plano de massa e fluxograma – Ginásio.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	xx
1.1 ASSUNTO/TEMA	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.4 HIPÓTESE (S)	13
1.5 OBJETIVOS	14
1.5.1 OBJETIVO GERAL	14
1.5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.6 MARCO TEÓRICO	14
1.7 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	14
 2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS	 15
2.1 NAS HISTÓRIAS E TEORIAS	15
2.1.1 ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	16
2.1.2 IMPACTOS NO ROMPIMENTO DE LAÇOS	19
2.1.3 PSICOLOGIA AMBIENTAL	20
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS	21
2.2.1 LEGISLAÇÃO ECA	21
2.2.2 MODELO INSTITUCIONAL PARA ABRIGOS NO BRASIL ATUAL	22
2.2.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES	23
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	27
2.3.1 INFLUÊNCIA NO URBANISMO	27
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO	28
2.4.1 ARQUITETURA SENSORIAL	29
2.4.2 ILUMINAÇÃO	30
2.4.3 CORES	31
2.4.4 SUSTENTABILIDADE	32
 3 CORRELATOS	 33
 4 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	 41
 5 CONCLUSÕES PARCIAIS	 48
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 49

INTRODUÇÃO

A introdução é um texto elaborado pelo autor com o objetivo de apresentar os aspectos gerais do trabalho, com informações sobre a natureza e a importância do tema/problema, sua relação com outros estudos, as razões que levaram à realização do trabalho, suas limitações e objetivos, bem como, informar ao leitor como o texto está organizado em seus capítulos ou divisões.

Apesar de aparecer no início do trabalho, a introdução é o último texto a ser escrito pelo autor, justamente por apresentar a estrutura final do trabalho.

A introdução é um indicador panorâmico e apresenta as características gerais e estrutura do trabalho, que demonstrarão (ou não) a significância da pesquisa.

Deve abordar, em texto claro e preciso, elaborado de acordo com Manual de Trabalhos Acadêmicos da FAG e de preferência em texto corrido:

- Assunto;
- Tema;
- Justificativas:
 - sócio-cultural,
 - acadêmico-científica,
 - profissional;
- Problema de pesquisa;
- Hipótese(s);
- Objetivo geral;
 - objetivos específicos;

Marco teórico: Trata-se de informar qual o fundamento teórico da pesquisa, sem a qual a mesma “não para em pé”. Através desse marco ou fundamentação teórica é que será apresentada a revisão bibliográfica sobre o tema, que estará no Desenvolvimento do artigo. No marco teórico informa-se quem são, quais os conceitos básicos e as obras dos principais autores (cerca de três) que embasarão e fundamentarão, teoricamente, a sua pesquisa. Relatar e referenciar.

Encaminhamento metodológico: Descrever quais os métodos a serem adotados durante a pesquisa; se a pesquisa será bibliográfica ou aplicada, se coletará dados e os analisará, por exemplo. Assim como na conclusão, a introdução deve ter cerca de 5% das páginas textuais (no caso, entre 2 a 3 páginas).

1.1 Assunto/Tema

O assunto aborda Projeto social de Arquitetura e Urbanismo, o presente tema é uma reforma e ampliação do lar para Crianças de Cascavel –PR.

1.2 Justificativa

No Brasil são aplicadas leis que asseguram direitos para crianças e adolescentes órfãos, através do art. 101 do ECA (Estatuto da criança e adolescente), é determinado que os lares de acolhimento, garantam a segurança e a liberdade para o desenvolvimento individual das mesmas visando a sua reintegração para familiar.

Em Cascavel/PR, existe atualmente um lar para crianças e adolescentes, que é a ONG (organização não governamental), da Associação Recanto da Criança. Localizado na Rua São José nº 720, bairro Claudete, atende mensalmente cerca de 20 crianças, desde recém-nascidos até jovens. O local é um terreno amplo e está a poucos minutos do centro e de instituições de saúde e educação, facilitando o acesso das crianças para atender as suas necessidades. Apesar disso, a estrutura é de uma estética fria e antiga, os espaços internos não atendem e não comportam adequadamente as necessidades das crianças, atualmente sofrem com aglomeração. As instalações são antigas e precisam de reparos, não sendo assim um ambiente muito acolhedor.

A proposta é um projeto de reforma e ampliação do lar existente, valorizando os recursos positivos do local, como o terreno, e aproveitando o máximo possível da estrutura atual. O propósito é transformar em um ambiente belo e acolhedor para as crianças e adolescentes. Para que se sintam amados, importantes, seguros, sintam-se em casa.

1.3 Formulação do Problema

Quais fatores devem ser aplicados no projeto arquitetônico do lar para crianças e adolescentes de Cascavel, que possibilitam o sentido cognitivo e que possa melhorar o aspecto psicológico.

1.4 Hipótese (s)

Entende-se que, se faz necessário compreender a influência da psicologia ambiental na construção de carácter e comportamentos das crianças e adolescentes. E a partir disso, aplicar esse

conhecimento para o desenvolvimento do projeto, visando também garantir os direitos e atender as necessidades das mesmas.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma pesquisa para embasar projeto arquitetônico do Lar para crianças e adolescentes.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver pesquisa por referencial teórico;
- Apresentar a influência do ambiente para a mentalidade das crianças e adolescentes (Psicologia Ambiental);
- Analisar o local e estrutura atual do Lar para Crianças de Cascavel – PR;
- Buscar correlatos que auxiliem no conhecimento para elaboração do projeto;
- Pesquisar as normas vigentes para elaborar o projeto;
- Desenvolver uma proposta projetual que atenda às necessidades do contexto local.

1.6 Marco Teórico

“Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. YI-FU TUAN (1983, p. 83).

1.7 Encaminhamento Metodológico

Para Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessário a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento. Os cientistas atuais, consideram que existe uma diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a pesquisar e pelas proposições a descobrir.

Segundo Richardson (1999), o método científico é a forma encontrada pela sociedade para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, quando um conhecimento é obtido pelo

método científico, qualquer pesquisador que repita a investigação, nas mesmas circunstâncias, poderá obter um resultado semelhante.

De acordo com Demo (1987), a metodologia é uma preocupação instrumental, que trata do caminho para a ciência tratar a realidade teórica e prática, centra-se, geralmente, no esforço de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos voltados para questões da causalidade, dos princípios formais da identidade, da dedução e da indução, da objetividade, etc.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS.

O presente estudo medirá diretrizes para elaboração da Reforma e Ampliação do Lar para as Crianças e Adolescentes, de uma proposta projetual para a cidade de Cascavel - PR. Sendo assim, se faz necessário procurar bases teóricas no campo de estudos da arquitetura e urbanismo que fundamentem esse entendimento, composto por quatro pilares: História e Teorias, Metodologias de Projeto, Urbanismo e Planejamento Urbano e Tecnologias da Construção. Cada um deles desempenha um papel fundamental, resgatando os assuntos estudados no decorrer do curso de arquitetura e urbanismo, oportunizando aos acadêmicos os resgates de tais temáticas.

2.1 NAS HISTÓRIAS E TEORIAS

A fundamentação teórica do presente tema, aborda sobre a história e teorias da arquitetura em relação aos abrigos e lares para Crianças e Adolescentes, baseando-se nas premissas de alguns autores, como Rizzini (2004), que discorre sobre a história e evolução dos lares no Brasil. Na sequência, Bento (2014) que apresenta a relevância que o clero tinha para conduzir o funcionamento dos até então abrigos. Seguindo para os relatos de Marcilio (1997), em relação as “Casas de Expostos” no país, e então Venâncio (1999), destaca os impactos nas mudanças geradas através da República e o fim da escravidão no Brasil.

Logo, Faleiros (2011), relata sobre as Instituições adotadas como SAM (Serviço de Assistência a menores) e em sequência FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor). Voguel (1995), aponta o marco importante da criação do ECA (Estatuto da Criança). Em sequência Bernardi (2010) mostra os principais agentes que impulsionam crianças e adolescentes serem colocadas em instituições.

Com os estudos feitos por Bowbly (2011), em seu livro, Formação e Rompimento dos Laços Afetivos, foi possível identificar as necessidades causadas pela orfandade, ou afastamento familiar.

O Conselho Nacional de Crianças e Adolescentes (2009 e Maciel (2008) afirmam sobre os valores que devem ser levados na arquitetura de lares.

Broide (2006), expõe as necessidades emocionais em crianças e adolescentes rejeitados, seguindo esse raciocínio, Canter, Craik e Comber (1981), apresentam a importância, espacial para gerar comportamentos, através de estudos da psicologia ambiental e como a arquitetura pode contribuir para o acolhimento e pertencimento e sentimento de pertencimento das crianças.

2.1.1 Acolhimento de Crianças e Adolescentes no Brasil

As primeiras Instituições para ensino de meninos surgiram na colonização portuguesa, através dos Jesuítas, eles implantavam escolas que ensinavam o básico, ler e escrever, atendiam aldeias e vilarejos. Além disso, tinham colégios para formação religiosa e educativa, em que eram disponibilizados aos filhos das classes elitizadas da época. Desta maneira, os Jesuítas tinham um papel importante para o desenvolvimento educacional no Brasil, porém em 1779, foram expulsos pelo Marquês de Pombal. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.22).

Diante disso, outras ordens religiosas tomaram força e influência no ensino, a princípio foram introduzidos seminários, onde os padres tinham como propósito catequizar crianças indígenas. Essas crianças eram retiradas de suas famílias e colocadas em abrigos, denominados de Casa dos Muchachos, além de índios, haviam também órfãos enjeitados trazidos de Portugal. (BENTO, 2014, p.40).

No século XVIII, surgiu para proteção de crianças abandonadas, as conhecidas Rodas de Expostos (Figura 1), implantados em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, tratou-se de uma iniciativa da Santa Casa de Misericórdia. Essas Casas de Expostos, abrigavam bebês que eram colocados na Roda, a identidade dos pais ficavam em anonimato. Por muitos anos essa prática foi aceita, sendo extinta apenas na República, além das três primeiras casas, foram implantadas mais dez Rodas de Expostos pelo país. (Marcilio, 1997, p.52).

Figura 1 – Roda de expostos – Usada desde a Idade Média, para recolher crianças, garantindo que os pais não fossem revelados.



Figura 1 – fonte: BENTO (2014, p 41).

Esse sistema de Rodas de Expostos, foi fixado com a finalidade de evitar que as crianças fossem abandonadas nas ruas e nas portas de igrejas, por seus pais, em que na época, que não queriam manchar sua honra perante a sociedade com filhos ilegítimos, ou em alguns casos não tinham recursos para sustentá-los. Outro fator que impulsionou essa prática no Brasil, foi a escravidão, onde muitos filhos de escravas com senhores eram entregues as Rodas de Expostos. Todavia houve um movimento particular no Brasil, várias crianças que tinham posteriormente sido entregues, eram resgatadas quando alcançavam a idade adequada para serem inseridas em ocupações e em seguida trabalho escravo ou até mesmo comercializadas (Marcilio, 1997, p.152).

Como escrito anteriormente, essas casas de Expostos, eram de domínio do clero, ou seja, o ensino dado era rigorosamente religioso e as crianças não tinham contato com o mundo exterior. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.24). No século XIX, esses abrigos começam a ter novos rumos, acontece uma visão política diferente em relação ao clero, é avaliado a necessidade de ensino de assuntos relevantes a construção moral das crianças, relacionados a ordem, bons hábitos, valores de hierarquia.

Segundo Venâncio (1999, p.169), com o fim da escravidão e as mudanças políticas, o formato Roda dos Expostos entram em decadência e os primeiros orfanatos com objetivo assistencial a crianças são inaugurados. Entretanto o fim das Rodas de Expostos demorou para acontecer, em 1927 era considerado um ato condenável, porem legalmente somente em 1950 foram todos fechados.

Somente no século XX a história começa a mudar, com a alteração do Regime do país para República. O estado deu os primeiros passos para garantir a proteção e direitos as crianças, foi reformulado a categoria de crianças abandonadas, sendo consideradas inicialmente em casos de morte dos pais ou quando a família não tem recursos apropriados que lhe garante a vida. Aumentou

as cobranças públicas para formalização de direitos legais para as crianças, por essa razão, no Rio de Janeiro foi criado o primeiro Juízo de Menores no Brasil e aprovado o Código de menores, pelo juiz Mello Mattos em 1934. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.29).

Vários outros órgãos foram levantados a partir de aí com intuito amparar as crianças órfãos. O SAM (Serviço de Assistência a Menores), foi fundado em 1941 pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas, tinha como finalidade abrigar crianças desamparadas de famílias carentes ou os chamados “menores transviados”, era o nome dado a pequenos infratores da lei. O SAM, era visto como uma ferramenta para solucionar os problemas sociais e ensinar as crianças, porém sua metodologia aplicada não foi eficaz. A instituição ficou conhecida por fatos de violência, abusos de poder e marginalização de crianças. Várias denúncias foram feitas por (Nogueira Filho apud, 1956, FALEIROS, p. 266), no título que publicou SAM: Sangue, Corrupção e Vergonha, ele relatou muitos abusos e fatos ruins que ocorreram nos locais do SAM, anteriormente ele havia feito parte da diretoria da instituição.

Surgiu então no Rio de Janeiro a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-estar do Menor), ela tem um posicionamento de Anti-SAM. Além de abrigos, acrescentou-se o suporte assistencial, criando assim a PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) que atente então todas as regiões do país. Desta forma além de investimentos em locais para abrigar as crianças, houve um investimento em treinamento de pessoas com o propósito de levarem soluções nas regiões trabalhadas. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.36).

Até o final da década de 1980 estas eram denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os anos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso” a ser adotado. Por isso, consideramos que se instituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização”. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.14).

Então em 1980, é possível observar um avanço significativo nas metodologias aplicadas nos órgãos responsáveis em atender as crianças. A FUNABEM, se reinventa e transforma-se no Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), e assegura que as normativas dadas pela nova legislação serão seguidas. O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) é criado, e legitimiza através de leis, os direitos aos menores. (VOGEL, 1995, p.324).

2.1.2 Impactos do Rompimento de Laços

De acordo com Bernardi (2010), a desigualdade social no Brasil é uma das principais motivações para promover a necessidade de abrigar crianças. A falta de recursos de famílias carentes acaba se tornando um fator determinante para o acolhimento institucional, isso faz com que aconteça rompimentos de laços familiares, provocando conseqüentemente vários problemas afetivos e sociais.

“A vinculação afetiva é o resultado do comportamento social de cada indivíduo de uma espécie, diferindo conforme o outro indivíduo de sua espécie com quem ele esteja tratando; isso implica, é claro, uma aptidão para reconhecer indivíduos”. (BOWBLY, 2001, p.97).

Ainda neste contexto, Bowlby (2001, p.98), afirma que os vínculos afetivos e as fortes emoções andam juntos, por essa razão todo rompimento de laços tem um impacto marcante emocional. A capacidade de uma pessoa se conectar com outras, ou seja, criar vínculos, está relacionada ao seu histórico emocional proporcionado através de seus relacionamentos.

É comprovadamente produtivo considerar muitos distúrbios psiconeuróticos e da personalidade nos seres humanos como um reflexo de um distúrbio da capacidade para estabelecer vínculos afetivos, em virtude de uma falha no desenvolvimento na infância ou de um transtorno subsequente. (BOWBLY, 2001, p.99).

Della Porta (apud, BERNARDI, 2010), diz que o distanciamento familiar das crianças inseridas em abrigos afeta o seu desenvolvimento em sociedade. Portanto é dever das instituições planejar de forma singular com cada criança o seu desenvolvimento pessoal. Ainda, o autor destaca também a lentidão para resoluções processuais, e o quanto seria importante a agilidade para trazer a segurança de futuro as crianças e adolescentes abrigados.

No tocante a isso, Bowlby (2011, p.106), em seu estudo sobre o rompimento de laços afetivos, mostra que quando uma criança pequena se encontra aos cuidados de estranhos, que não pertencem a suas figuras parentais familiares, a aflição imediata causada compromete as relações subsequentes com os seus pais, que pode ser um efeito temporário ou definitivo. Portanto o afastamento físico traz distúrbios afetivos, como o desligamento emocional e ruptura de sentimento.

As conseqüências se tornam ainda maiores, quando esse distanciamento é longo ou permanente, pois a personalidade do indivíduo é construída através do comportamento de ligação, por isso quando estão desligados de seus relacionamentos familiares, encontram dificuldades de manter vínculos afetivos estáveis com todos ao seu redor. Podem desenvolver mentes psicopatas, histerias, inclinação para marginalidade e suicidas. Isso é resultado típico em casos de privação de cuidados maternos e rejeição pelos pais. (BOWBLY, 2001, p.109).

“O impacto do abandono ou do afastamento familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciar experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar”. (BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009, p.13).

Por essa razão Maciel (2008), aponta a importância da arquitetura para resgatar significados importantes para as crianças e adolescentes. Onde é dever do arquiteto construir abrigos que tenham a essência de um lar, onde os indivíduos que usam, tenham pertencimento, sintam segurança, prazer e conforto.

2.1.3 Psicologia Ambiental

Conforme os autores destacam, a psicologia Ambiental, surgiu após a Segunda Guerra nesta época era chamada de psicologia da Arquitetura. Seus estudos mostram a importância do ambiente para o desenvolvimento cognitivo das pessoas, e como é altamente influente para os comportamentos atuais e futuros (CANTER; CRAIK, 1981).

Porque essas regras limitam a interação do homem com seu ambiente, ele construirá ao longo do tempo uma conceptualização diferente daqueles que possuem diferentes papéis naquele mesmo ambiente. (CANTER; COMBER, 1985, P.6).

No livro de Canter (1977), o autor afirma na sua teoria “Environmental Role”, que a forma que o indivíduo se comunica e se integra socialmente, está interligado com seu papel social e com a sua relação e papel com o ambiente. Por isso é importante para o indivíduo saber identificar os significados e seu papel no ambiente que está inserido. O arquiteto deve avaliar as necessidades dos indivíduos e projetar de forma que as suas necessidades sejam atingidas, e compreender a mensagem que o ambiente transmite, para que a sua contribuição seja positiva para o desenvolvimento dos comportamentos e sentimentos dos indivíduos que fazem uso do ambiente.

“Na dimensão psicossocial, é difícil para a criança encontrar quem a proteja e ame-a, e que ao mesmo tempo ele respeite e tema perder seu amor”. (BROIDE, 2006, P.181).

Isso ocorre devido fato de não ter recebido e aprendido a doar amor, seus atos de carinho se tornam cada dia mais difíceis e confiar também, por isso é um grande desafio, fazer com que ela se sinta segura. (BROIDE, 2006).

A psicologia Ambiental se preocupa com a forma que o ambiente se comunica com seus usuários, analisando na arquitetura os fatores agentes como: luz, ventilação, cores, etc. Através disso, pretende aplicar no ambiente elementos que sejam propícios a estimular emoções segundo as

necessidades dos indivíduos que habitam o local. (HANSARD, 1943 citado em CANTER, 1975) relata que a disposição do design de interiores usado no ambiente, determina o comportamento humano.

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

Através da metodologia de projetos, é que se definirá o resultado do projeto, sendo de suma importância aperfeiçoar constantemente as pesquisas sobre projetos de Lares de Acolhimento. Respalando-se nas metodologias de projeto de alguns autores este tópico foi fundamentando. Começando com as principais diretrizes que a legislação aponta para abrigos de Crianças e Adolescentes, através do ECA. Onde foi possível verificar que um grande aliado para compreender as necessidades arquitetônicas para o abrigo é mostrado através do CONANDA.

Dando continuidade ao estudo, é analisado como se comporta atualmente os abrigos no Brasil. Gulassa (2010), discorre os impactos do Estatuto das Crianças e Adolescentes para a institucionalização das mesmas. Em sequência Rizzini e Rizzini (2004), apresenta as principais motivações que levam as crianças serem colocadas em abrigos, seguindo com informações do Conselho Nacional de Justiça (2020).

Albernaz e Lima (2003), pontuam o que deve ser analisado para formulação de um programa de necessidades. O Ministério do desenvolvimento social e combate à fome e o CONANDA (2009), destacam as necessidades principais a serem atendidas no lar, e apresentam uma tabela explicativa com as principais diretrizes que devem ser usadas. Onde se verifica a importância de aplicar a norma de acessibilidade NBR 9050. Neste sentido ainda, Felipe (2010), salienta que o contexto social deve ser valorizado, logo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) debatem a importância do convívio em sociedade das mesmas. A fala de Vieira (2010) realça a importância do paisagismo e quais os benefícios que ele pode trazer.

2.2.1 Legislação ECA

As suas diretrizes pontuaram direitos importantes de proteção, cuidado e liberdade de pensamento. Isso refletiu em muitas mudanças na forma de conduzir um abrigo, pois agora além da proteção o estado tem o dever de dar ferramentas que possibilitem o desenvolvimento social e pessoal das crianças. Segundo o art. ° 101 do ECA (Estatuto da criança e adolescente), o lar deve ser uma ponte para encaminhar elas para suas respectivas famílias, garantindo em seu tempo de estadia, segurança física e emocional.

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (BRASIL, ECA, 1990, p.28).

Diante disso, a política dos abrigos foi alterada, agora não são vistos mais como uma instituição definitiva e sim uma medida provisória. Além disso, a princípio é realizada diversas ações com as crianças e suas respectivas famílias, para evitar o desligamento total de laços e a reintegração dos mesmos ao seu lar. Somente com todas as possibilidades esgotadas, o abrigo inicia uma nova posição para o processo de adoção, conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (ECA, Capítulo II, Seção I, Artigo 92).

Para que essas orientações sejam atendidas pelos os abrigos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), elaborou um documento direcionando as medidas que devem ser aplicadas nas edificações.

2.2.2 Modelo Institucional para Abrigos no Brasil Atual

Segundo Gulassa (2010), o avanço importante dado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, foi colocar o abrigo como um agente de medida protetiva provisória, que ainda assim lhes garante todos os seus direitos. Buscando possibilitar seu desenvolvimento social, isso mudou o significado dado para os abrigos e se fez necessário rever as ações adotadas posteriormente, seguindo assim um modo completamente diferente. Desta maneira, o lugar tem que analisar os conceitos sociais, culturais e significado de pertencimento a sociedade local.

Lidar com o abandono pode trazer o risco de incorporá-lo em vez de transformá-lo. Trabalhar com situações de exclusão pode espelhar e repetir o lugar de excluído. Sobreviver sem verbas, colocar-se no papel de pedinte, alimentar-se das sobras ou do que está para vencer, ter dificuldade de ocupar uma casa na comunidade, ser empurrado para longe dos recursos culturais e sociais e, ao mesmo tempo, ser encarado como incompetente e inadequado – esse tem sido o difícil lugar ocupado pelos abrigos. Numa missão originalmente filantrópica e religiosa, os abrigos se identificam e repetem este lugar de carente e necessitado, e sua população mais uma vez revive o papel de vítima, menor, pobre, abandonada. Os abrigos precisam se recriar, se reinventar, criando modelos de novas comunidades. É necessário construir novas relações que assumam o papel de transformação social – com objetivos clarificados, metas definidas, estruturas humanizantes, profissionais qualificados, reflexivos, competentes, capacitação contínua, recursos financeiros condizentes, relações de igualdade e cooperação com os outros protagonistas do sistema de

garantia de direitos da criança/do adolescente e da família. O abrigo, como proposta, tem a missão de ser o lugar de inclusão. Para tanto, ele precisa criar esta possibilidade para si próprio como instituição. (GULASSA, 2010, p. 8).

Existem diferentes tipos de Instituições com o propósito de cuidar de crianças e adolescentes no Brasil. A maior parte dessas crianças são de famílias carentes que não tem condições financeiras para garantir o seu sustento e acesso a saúde, educação e proteção. Rizzini, separou os três principais grupos de crianças que são abrigadas atualmente no Brasil: Crianças e Adolescentes órfãos ou em situação de abandono familiar: Que não tem vínculos com a família de origem; Crianças e Adolescentes em situação de risco: Aqueles que estão em um ambiente de violência, sofrem atos de maus tratos ou catástrofes; Crianças e Adolescentes em situação de pobreza: Quando é constatado a falta de recursos em suas famílias para dar a elas o devido cuidado. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.51).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 132)

Então diante deste pensamento dado através do ECA, o abrigo é visto como uma forma de minimizar os impactos do rompimento familiar, dando toda a assistência protetiva e psicológica. Sua finalidade é gerar uma reconstrução familiar, ou seja, o retorno das crianças para seus respectivos lares. (BRASIL, CONANDA, 2009, p.13).

As casas de acolhimento e abrigos no Brasil, segundo o Conselho Nacional da Justiça em 23 de março de 2020, atendem 34.820 crianças e adolescentes, onde mais de 60% são adolescentes. Segundo a Agencia Brasil atualmente tem 4,9 mil crianças e adolescentes estão para adoção.

2.2.3 Programa de Necessidades

O programa de necessidades adotado vai definir os pontos importantes que serão usados na criação do projeto arquitetônico. Através de levantamento de pesquisas e dados sobre a sua finalidade de uso. (ALBERNAZ; LIMA, 2003).

Programas de necessidades: 1. Espaço arquitetônico definido de acordo com o conjunto de atividades sociais e funcionais nele exercido e com o papel que representa para a sociedade. Os programas arquitetônicos modificam-se no tempo segundo as novas necessidades criadas pelo homem. 2. Classificação, em termos genéricos ou minuciosa, do conjunto de necessidades funcionais correspondentes à utilização do espaço interno e a sua divisão em ambientes, recintos ou compartimentos, requerida para que um edifício tenha um determinado uso. (ALBERNZ; LIMA, Dicionário Ilustrado de Arquitetura, 2003).

O Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome juntamente com a CONANDA, desenvolveu um material de orientações para serem aplicadas nas instituições de abrigos de crianças e adolescentes. O abrigo deve garantir o cuidado e proteção das crianças e adolescentes, até a reintegração familiar, ou quando descartada essa possibilidade, até o encaminhamento à família substituta. O lugar deve ser semelhante a uma residência, e deve estar inserido em uma localidade de predomínio residencial, buscando oferecer espaços acolhedores, que também possibilite o convívio em sociedade e fazendo uso de equipamentos comunitários. A tabela a seguir, mostra as principais diretrizes que devem ser seguidas em um abrigo para crianças e adolescentes em sua infraestrutura, e mostra também os espaços mínimos recomendados:

Tabela – Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

AMBIENTES	CARACTERÍSTICAS
QUARTOS	• Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas/ berços/ beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). • Nº recomendado de crianças/ adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. • Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
SALA DE ESTAR OU SIMILAR	• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/ educadores. • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex.: Abrigo para 15 crianças/ adolescentes e 2 cuidadores/ educadores: 17,0 m² Ex.: Abrigo para 20 crianças/ adolescentes e 2 cuidadores/ educadores: 22,00 m²
SALA DE JANTAR/ COPA	• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.

	• Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar integrado a outro ambiente (ex. sala de estar). • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
AMBIENTE PARA ESTUDO	• Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/ leitura.
BANHEIRO	• Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e chuveiro para até 6 crianças e adolescentes. • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para funcionários. • Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
COZINHA	• Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
ÁREA DE SERVIÇO	• Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e proporcionar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
ÁREA ESTERNA (VARANDA, QUINTAL, JARDIM, ETC)	• Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. • Os abrigos que já tiveram em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc., deverão, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário,

	observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
SALA PARA EQUIPE TÉCNICA	• Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.) • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/ técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
SALA DE COORDENAÇÃO/ ATIVIDADE ADMINISTRATIVAS	• Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividade administrativas (área contábil/ financeira, documental, logística, etc.). • Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/ técnica e instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
SALA/ ESPAÇO PARA REUNIÕES	• Com espaço e mobiliário suficiente para realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
Observações: ✓ Toda infraestrutura do abrigo institucional deverá oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. ✓ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos.	

Fonte: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 80).

A NBR 9050-2004, é a norma técnica para se aplicar nas edificações para possibilitar a acessibilidade de deficientes físicos. A acessibilidade entende-se como o acesso sem obstáculos de elementos arquitetônicos, por essa razão é importante o uso de rampas, e um estudo dimensional das aberturas e ambientes que não afetem o ir e vir de nenhum indivíduo.

Segundo Felipe (2010), o meio conduz grande influência sobre os indivíduos. Por essa razão os ambientes de uma instituição de abrigo, devem passar segurança, conforto e estimular bons hábitos, conhecimento histórico e cultural. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) apontam que as crianças institucionalizadas devem ser estimuladas a interagir e compartilhar interesses sociais. Por

isso é importante promover o convívio em comunidade explorando enriquecimento em conhecimento e relacionamentos. O programa de necessidades pode desta maneira incluir espaços de lazer, cultura e esportivos.

Neste mesmo raciocínio Vieira (2004), discorre que uma forma eficaz de estimular a interação e lazer, é através de espaços verdes. Esses espaços podem auxiliar em atividades educativas e o contato humano, diminuindo o estresse e beneficiando diretamente psicológico dos indivíduos. Por essa razão, além dos ambientes internos e estruturais o paisagismo também é um aliado de melhoria para ser usado no abrigo.

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Este item tem por objetivo compreender a importância do urbanismo para a influência social em relação ao abrigo, destacando sua importância para sociedade através da concepção de alguns autores. Rio (1990), ressalta a configuração da paisagem através da expansão urbana. Sendo seguido pela interpretação de Lamas (2000), que salienta sobre a morfologia urbana. Seguindo as orientações do CONANDA (2009), que relata a importância socioeconômica do urbanismo local em relação ao abrigo.

2.3.1 Influência Social do Urbanismo

Entende-se que a configuração da paisagem condiciona o significado social, é possível verificar isso através do adensamento populacional que é causado no local, definindo então a paisagem urbana da região. Apresentando assim o contexto cultural, histórico e as finalidades de uso local. (RIO, 1990 p. 19-24). Lamas (2000, p. 37) afirma que o meio urbano pode ser observado de diversas perspectivas, que iram gerar consequentemente várias interpretações em concepções diferentes, a seguir estão as principais classificações citadas por ele:

Aspectos quantitativos: está relacionada à realidade urbana todas as concepções que podem ser quantificáveis e que se diz uma organização quantitativa: densidades, superfícies, fluxos, coeficientes volumétricos entre outros. Todos esses dados quantificáveis são utilizados para controlar o aspecto físico da cidade. Aspectos de organização funcional: se fundamentam através das atividades humanas sendo elas, habitar, instruir-se tratar-se, trabalhar. Sendo também como uso de um espaço ou edifício, residencial, comercial, industrial, escolar e outro. Ou seja, sendo do uso do solo, o uso que é destinado e o uso que é verdadeiramente feito dele. Aspectos qualitativos: se norteiam através do tratamento do espaço, o conforto e a comodidade que ele proporciona ao utilizador. Como exemplo do edifício poderão ser a insonorização, o isolamento térmico e a correta insolação. Já no meio urbano pode ser, características como o estado dos pavimentos, adaptação ao clima e acessibilidade (LAMAS, 2000 p. 44).

Diante da importância do contexto social do local e a forma que a obra conversa com estes espaços, o CONANDA (2009) enfatiza que a localização adequada, para se instalar um abrigo de crianças e adolescentes, é em áreas residenciais. Além disso, salienta que é ideal que a região não seja muito diferente em relação a região de origem das crianças e adolescentes, ou seja, tem que levar em consideração o fator socioeconômico encontrado no urbanismo do local. Essas orientações são de extrema relevância, devido ao fato que o abrigo tem como propósito ser provisório como já citado pelo ECA. Outro fator relevante que se faz analisar o urbanismo é a verificação dos equipamentos, como transporte, as instituições de saúde e educação situadas, possibilitando de forma eficaz o acesso a esses equipamentos, que garante uma vida digna e convívio social para os abrigados.

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

A fim de buscar conhecimento sobre os métodos que serão explanados neste item, buscou-se através de autores relatos sobre a importância de analisar a comunicação dos elementos da edificação, para criar ambientes que estimulem emoções saudáveis. Assim na arquitetura sensorial Colin (2000) e Monteiro (2006) afirmam a importância dos significados transmitido pelo ambiente. Ching (2008), Lima (2010) e Corbusier (2000), Hertzberger (1999) e Tuan (1983) discorrem sobre os sentimentos gerados e o papel do arquiteto na concepção do ambiente. Okamoto (2002) apresenta estudos sobre as percepções humanas em relação ao espaço. Zevi (1994) afirma a sobre o sentimento em relação a percepção. Gamboias (2013) e Lourenço (2016) mostram os impactos psicológicos causados pelos significados recebidos.

Gurgel (2005) traz os relatos sobre a concepção da luz no ambiente Innes (2014) aborda sobre os fatores que influenciam as a emoções geradas através da iluminação. Seguindo para as afirmações de Silva (2014) sobre a utilização da iluminação de forma que contribua para o uso destinado no local. Brown e Farrelly (2014) seguem as mesmas premissas posteriores. Costa (2013) aponta a importância do uso da luz natural. Rambauske (2002) apresenta a forma que a cor se comporta nos sentidos. Gibbs (2014) e Gurgel explanam sobre a influência das cores para a mente. Rambauske (2002) relaciona os significados emitidos de algumas cores aos indivíduos. Farina (2006) complementa o assunto abordado sobre sentimentos gerados pelas cores. Seguindo a concepção da importância da arquitetura sustentável, Gonçalves (2006) Candido (2012) apresentam os fatores a serem levado em consideração. A carta da UNESCO/UIA (2011) determina a

importância da sustentabilidade na concepção de projetos. Yeang (1999) salienta a importância de planejar em todos os processos do projeto medidas de sustentabilidade. E por fim emprega-se a fala de Edwards (2008) que apoia os avanços tecnológico sustentáveis, mas alerta de o papel do arquiteto projetar com qualidade.

2.4.1 Arquitetura Sensorial

Colin (2000), afirma que a arquitetura se comporta da mesma maneira que as demais artes, portanto consegue transmitir significados que geram emoções para as pessoas, tanto positivas como segurança, quanto negativas como ansiedade, angustia. Monteiro (2006), segue com mesmo pensamento e ainda enfatiza que sem significado não existe arquitetura, e que a semiótica deve ser usada de forma adequada para criação de ambientes.

A arquitetura, quando combina forma e espaço em uma essência única, traduz um significado, é a arquitetura que dá sentido à existência (CHING, 2008, p. 374).

Conforme Lima (2010), os estímulos externos que o indivíduo recebe são responsáveis em gerar sensações psicológicas, essas sensações vão se comportar de forma individual conforme a percepção da pessoa. Neste mesmo sentido o autor Corbusier (2000 p.10), afirma que a arquitetura é feita emocionar, causando sentimentos de pertencimento, admiração e reconhecimento. O ambiente é reconhecido não apenas pelo o que é visto, mas tanto o som quanto cheiro, transmitem significados e conseqüentemente sensações. Por isso, a arquitetura pode usar elementos que trazem associações e promovam a mensagem e sentimento idealizado pelo o arquiteto. (HERTZBERGER, 1999, p. 230).

O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. (TUAN, 1983, p.151).

Segundo Okamoto (2002), classifica o sentido de três maneiras perceptivo, espacial e proxêmico. O sentido perceptivo está ligado aos sentidos da visão, paladar, olfato, audição e tato, são os responsáveis em assimilar as características do espaço. Conforme seus elementos de forma, função, dimensão, cor, ventilação, iluminação, temperatura, sonoridade, volume, texturas e simbologia. Construindo assim uma concepção de valor e sentimentos, que geram pertencimento ao lugar esses elementos vão determinar o bem-estar dos ocupantes e constituir uma relação emocional positiva ou negativa. O sentido espacial é definido pelos equipamentos do local e a forma que as

peças fazem uso do ambiente. O sentido proxêmico é a maneira que as pessoas se comportam no ambiente em relação ao convívio social entre si, ou seja, o ambiente é propício para interação social ou é privativo.

A bela arquitetura será a arquitetura que tem um espaço interior que nos atrai, nos eleva, nos subjugando espiritualmente; a arquitetura feia será aquela que tem um espaço interior que nos aborrece e nos repele. (ZEVI, 1994, p.24).

Portanto, os sentidos são responsáveis em captar as mensagens sensoriais pertencentes ao espaço, onde os estímulos gerados ao corpo, comunicam e causam uma percepção, isso vai se manifestar de diferentes formas conforme a concepção pessoal e individual de cada pessoa. (GAMBOIAS, 2013, p.39). De forma mais profunda essas percepções constroem também reações psicológicas, e então a arquitetura tornou-se uma ferramenta importante para estimular sensações. (LOURENÇO, 2016, p. 29).

2.4.2 Iluminação

Gurgel (2005), afirma que ambientes claros conduzem melhor a luz e desta forma estimulam a realização de atividades. Por essa razão quando o ambiente necessita transmitir aconchego, é preciso o uso de iluminação amarela adequado é o uso de iluminação amarela.

A luz tem o poder de influenciar o tom e a atmosfera de um espaço. Alterar os padrões de luz, sombra e cor pode deixar os usuários relaxados ou alertas, acolhidos e confortáveis ou frios e desconfortáveis. A luz e a cor também podem ser utilizadas para fazer com que as pessoas se sintam estimuladas ou desanimadas. O uso habilidoso da luz permite que os projetos de design de interiores estejam impregnados das sensações e emoções que queremos transmitir aos usuários (INNES, 2014, p.6).

Silva (2014, p.118), salienta que a utilização correta da luz dá alma ao ambiente, ressaltando assim os detalhes do espaço, servindo como um acabamento de qualidade ao projeto. As luzes e sombras criam perspectivas ao lugar, podendo transmitir diversos significados ao ambiente, dramático, sério, alegre, aconchegante, trabalho, lazer, ativo.

Ao analisar o impacto visual de um material, o projetista precisa entender os efeitos da luz, que nos permite perceber visualmente a profundidade, a forma, a textura, a cor, o formato, a translucidez, a transparência e a opacidade. A emissividade de luz

de uma superfície, sua refletividade e seu impacto sobre o espaço também são importantes (BROWN; FARRELY, 2014, p.68).

É importante saber usar a luz artificial, mas também a natural. A luz natural atua de forma valiosa para o ambiente, auxilia na temperatura e aconchego, estimulando aos usuários bem-estar e qualidade de vida. Além disso ajuda a manter a temperatura agradável e diminuir o uso de energia elétrica em lâmpadas. (COSTA, 2013, pg. 63).

2.4.3 Cores

A cor conforme a sua natureza, absorve e reflete os raios luminosos da luz que são emitidos sobre ela (RAMBAUSKE, 2002, p.16). Rambauske explica que a cor se manifesta através de dois fatores: da luz que pode ser natural ou artificial propagada em um objeto, e do olho que recebe conduz as radiações vistas à membrana reticular, gerando assim o estímulo e significado.

Figura 2: Caminho da visão Fonte



Fonte: Framkaut (p.18).

Segundo Gibbs (2014, p.114), as cores atingem nossa mente e consequentemente as emoções, diante disso é necessário que o profissional quando for elaborar um ambiente, estude e analise de qual forma a cor vai se comportar no local. Gurgel (2005, p.61), acrescenta que as cores também afetam o subconsciente, resgatando memórias e as suas sensações, influenciando o humor.

Portanto é importante o uso correto das cores, para que a obra cumpra a sua identidade corretamente, transmitindo o que é desejo no local. Rambauske (2002, p.19), mostra estudos sobre o efeito que cada cor pode conduzir no ambiente: Azul traz harmonia e equilíbrio, estimula descanso e acalma; Amarelo é alegre, impulsiona energia aos músculos estimula movimentos; Vermelho capta atenção estimula tanto sentimentos como amor quanto como a raiva; Verde como as demais cores frias traz relaxamento físico e mental, equilíbrio emocional; Roxo purifica, porém o seu tom escuro traz sentimentos depressivos; Branco captura melhor a luz é ideal para lugares que as atividades exigem atenção.

As cores interferem no psicológico do ser humano, podendo contribuir para o bem-estar ou desconforto, para emoções de alegria ou de tristeza, para cura ou depressão, para atividade ou descanso, para temperatura etc. Devido a esse poder de enviar sensações, o emocional é afetado seja para sentimentos positivos ou negativos. (FARINA, 2006, p. 02).

2.4.4 Sustentabilidade

Segundo Gonçalves (2006), o tema sustentabilidade foi colocado em debate na arquitetura no final do ano de 1980. O termo sustentabilidade pode ser definido como um equilíbrio entre as condições ambientais, econômicas e sociais onde esses três fatores caminham juntos para um crescimento saudável de futuro. (CANDIDO, 2012).

Segundo a carta para educação dos arquitetos, além de todos os aspectos estéticos, técnicos e financeiros, das responsabilidades profissionais, as principais preocupações, expressas pela Carta, são relacionadas com o compromisso social da profissão, ou seja, a consciência do papel e da responsabilidade do arquiteto em sua respectiva sociedade, bem como a melhoria da qualidade de vida através de assentamentos humanos sustentáveis. (UNESCO/UIA, 2011, p. 11).

A arquitetura sustentável dedica-se na criação de projetos que respeitem o meio ambiente tanto na sua forma final, quanto no processo construtivo. Onde é planejado medidas que evitem agredir o meio ambiente, como a redução de resíduos da obra e o uso de energias limpas. Por isso a elaboração de um projeto arquitetônico que busca sustentabilidade, tem que avaliar as etapas de vida útil do local, o uso destinado, manutenção, reciclagem e demolição. (YEANG, 1999).

É extremamente importante que o profissional tenha em mente que todas as soluções encontradas não são perfeitas, sendo apenas uma tentativa de busca em direção a uma arquitetura mais sustentável. Com o avanço tecnológico sempre surgirão novas soluções mais eficientes. (YEANG, 1999).

Neste sentido Gonçalves (2006), aponta a importância fazer uma arquitetura sustentável eficaz, com um bom planejamento e soluções na concepção do projeto arquitetônico. Criticando o uso de tecnologias sustentáveis como acessórios, devendo ser usadas para contribuir no desempenho do local e não como solução para erros de projeto.

Edwards (2008, p.162) afirma que a verdadeira sustentabilidade envolve todos os elementos de uma edificação e que a edificação deve pensar em maneiras de promover uma mudança em seu entorno social. Assim como anteriormente descrito, alerta sobre o aumento das tecnologias e salienta o uso adequado e de qualidade das mesmas.

3 CORRELATOS

JARDIM DE INFÂNCIA FORFATTERHUSE – DINAMARCA

Figura 3: Fachada Jardim de Infância Forfatterhuse



Fonte: Site Construtora Tecla (2014).

O Jardim de Infância Forfatterhuse, está localizado em Copenhague - Dinamarca, projeto foi escolhido através de um concurso em 2012, onde os arquitetos da COBE foram os responsáveis em apresentar esse projeto. Em 2014 foi inaugurada a obra, que tem uma área total de 1927m², são cinco casas de três andares pequenas, revestidas de tijolos verticais, com telhado verde e jardins suspensos. A creche recebe em média 160 crianças de 0 a 6 anos de idade.

Figura 4: Playground Jardim de Infância Forfatterhuse

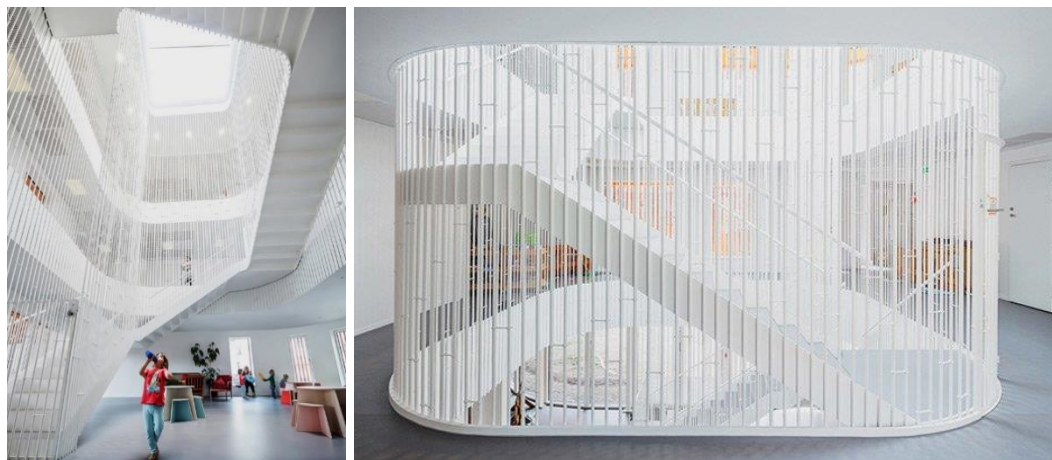


Fonte: Site Construtora Tecla (2014).

O uso do tijolo vertical, possibilitou dar uma continuidade nas características de material, havendo uma comunicação da fachada com os brises usados para a delimitações do local. Além disso os brises, possibilitaram uma integração com interno e externo, a obra mostra a quem passa em frente a sua identidade. O playground foi elaborado com destaque, os arquitetos buscaram trazer liberdade e explorar a criatividade das crianças, é um ambiente amplo que está envolvido por uma cerca vazada que segue o mesmo design usados nos brises. O local além de equipamentos para brincar, conta com um gramado ao ar livre, isso estimula o contato natural com espaço e iluminação natural e consequentemente melhora os estímulos das crianças e a saúde mental.

O espaço interno também é flexível e funcional, com estruturas metálicas verticais, fazendo que toda a obra explore a mesma identidade. A continuidade também permanece em outros detalhes, assim como externo tem uma cor dominante que envolve toda a sua extensão, deixando apenas o colorido nos brinquedos e moldura das esquadrias. No interno acontece o mesmo porém, a cor é branca e o nesse caso o mobiliário é o responsável em trazer o colorido para as crianças. Outro destaque é o uso da iluminação natural, esses elementos produzem um ambiente acolhedor, alegre e ao mesmo tempo estimula a criatividade das crianças.

Figura 5: Interior Jardim de Infância Forfatterhuse



Fonte: Site Construtora Tecla (2014).

A forma que esta obra abordou o uso contínuo dos materiais, será usada como base para a proposta das fachadas do projeto de reforma do Lar da Associação Recanto da criança. Além disso, o correlato demonstrou a importância de utilizar a luz natural nos ambientes internos, que também será explorado na proposta projetual.

CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES/CEBRA – DINAMARCA

Figura 6: Fachada - Casa de Acolhimento para menores



Fonte: Site Archdaily (2015).

A casa de acolhimento para menores, foi projetada pelo escritório dinamarquês CEBRA, funciona desde de 2004, em uma área de 1500m², localizada em Kertemide, Dinamarca. A estrutura da fachada é revestida de azulejos e madeira, suas formas lembram as tradicionais casas, porém o uso de diversas elevações em diferentes medidas, enriquece a obra e não a deixa com aspecto de

simples. A composição das formas em um conjunto, torna o projeto atraente visualmente e acolhedor. O lar oferece os cuidados necessários por 24h, as crianças que lutam com dificuldades na saúde mental e social.

A ideia de fazer a forma da obra como casas de duas águas, foi ao verificar que as crianças na maioria das vezes em que desenham casas, usa-se elementos retangulares, com o telhado em duas águas e chaminé, isso é como um signo que as crianças assimilam como lar. Diante disso, a estrutura foi pensada, com a finalidade de gerar pertencimento e confiança nas crianças, que vão fazer uso do local. Conforme as necessidades, foi gerado as elevações em dimensões diferentes, outro destaque são as aberturas de vidros, que possibilitam a entrada de luz natural ao ambiente. As esquadrias seguem o mesmo contexto da obra, com diferentes dimensões e medidas, porém é possível ver o comprometimento da proporção, por isso esses elementos estão unidos de forma harmônica.

Figura 7: Parque externo, Casa de Acolhimento para menores



Fonte: Site Archdaily (2015).

O seu exterior, segue com a simplicidade minimalista dando assim mais destaque a forma lúdica da edificação. Possui um espaço de lazer para brincar, com areia e balanço, além de amplo gramado que abraça toda a estrutura. O projeto inspira a imaginação, pois ao observar suas fachadas, não é possível identificar as finalidades dos ambientes internos, é preciso explorar o seu interior para compreender como ele funciona.

Figura 8: Interior, Casa de Acolhimento para menores



Fonte: Site Archdaily (2015).

O interior segue uma composição simples e faz uso de materiais naturais como a madeira. É rico em iluminação natural, isso torna a obra acolhedora e auxilia no bem-estar das crianças, construindo assim o sentimento de segurança. O forro inclinado e mobiliário, trazem o efeito lúdico, pois possibilitam diferentes usos e instigam a criatividade dos indivíduos do local.

O correlato estudado, mostrou uma solução de design em sua forma, apesar de minimalista, a edificação mostra uma identidade que lembra uma casa e ao mesmo tempo que é simples, consegue no seu conjunto um resultado estético surpreendente. Desta forma será usado como referência para elaboração das formas, por causa de duas motivações, a edificação atual possui duas águas então esta forma consegue aproveitar boa parte da edificação existente. E a segunda motivação, é que no Brasil o CONANDA, recomenda que os lares que cuidam de crianças e adolescentes, tenham uma arquitetura de aspecto residencial, ou seja, que sua forma passe uma identidade de casa e não institucional.

CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – FRANÇA

O Centro de bem-estar, Maison d'accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt, é um centro residencial de emergência feito pelo departamento local do bem-estar infantil (Aide Sociale à l'Enfance - ASE) em Paris. Proporciona um abrigo de emergência a menores de idade sob tutela legal. O objetivo principal do centro é proporcionar às crianças e adolescentes apoio prático, educacional e psicológico, está aberto desde de 2010. Este Centro tem como finalidade atender as crianças e jovens que precisam de proteção, dando total apoio e suprimindo as suas necessidades. É um

lugar transitório, onde verifica-se a restauração de vínculos familiares ou direciona para uma família adotiva.

Figura 9: Fachada, Centro de Bem-Estar Para a Criança e Adolescente



Fonte: Site Archdaily (2015).

Os arquitetos, projetaram o lar de forma que cada piso seja direcionado a acolher um grupo de idade em comum, que possibilita tanto a estadia, como todas as atividades necessárias e de lazer. A Obra possui áreas de atendimento de saúde e parques em seus terraços. As persianas são todas douradas para manter a uniformidade de material, além disso a sua função é controlar a entrada de luz solar e manter a privacidade dos que usam o local.

Figura 10: Interno, Centro de Bem-Estar Para a Criança e Adolescente



Fonte: Site Archdaily (2015).

Assim como as demais obras, o interior deste lar usa paredes claras e matérias naturais como a madeira, para seu mobiliário e os revestimentos. Quando há cores coloridas, elas possuem tonalidades pasteis, e estão presentes nos equipamentos de brinquedo e algumas paredes. A sensação desse tipo de interior é sempre de tranquilidade, acolhimento e criatividade.

Um destaque nesta obra correlata, foi a forma que setorizaram o interior dos ambientes, por essa razão foi usada como referência para elaboração dos setores internos da reforma do lar existente. Onde será aplicado um fluxograma que permita privacidade e melhor desenvolvimento conforme as faixas etárias das crianças que usam o local.

LAR AMIGOS DE JESUS – BRASIL

A Associação dos Missionários da Solidariedade, iniciou seus trabalhos no dia 01 de dezembro de 2009 em Fortaleza –Ceará, que tem como intuito proporcionar as ferramentas necessárias para que o Lar Amigos de Jesus, possa dar os cuidados que as crianças e adolescentes precisam. O lar tem como finalidade atender crianças e adolescentes carentes, dos municípios do estado do Ceará e de todo o Brasil, que são portadores de câncer ou outra doença, que exija um tratamento prolongado. Então tem como objetivo oferecer um serviço social, que auxilie as crianças vulneráveis que não tem condições ideais para seu tratamento, ou em alguns casos que não moram na capital Fortaleza, e por essa razão precisam de um local que o acolha, para possibilitar o seu tratamento de perto.

Figura 11: Fachada - Lar Amigos de Jesus



Fonte: Site lar amigos de Jesus (2016).

A instituição tem 1.618m², e atende até 445 jovens e crianças, de faixa etária de 0 a 17 anos. Apesar da estrutura ter uma fachada simples, com poucos elementos estéticos, o seu interior surpreende, com um design de qualidade que oferece, todo o conforto necessário aos indivíduos que fazem uso. A estrutura foi contemplada com uma ação do Projeto Casa da Criança, que de forma voluntária fez uma reforma no interior do local.

Figura 12: Interior - Lar Amigos de Jesus



Fonte: Site lar amigos de Jesus (2016).

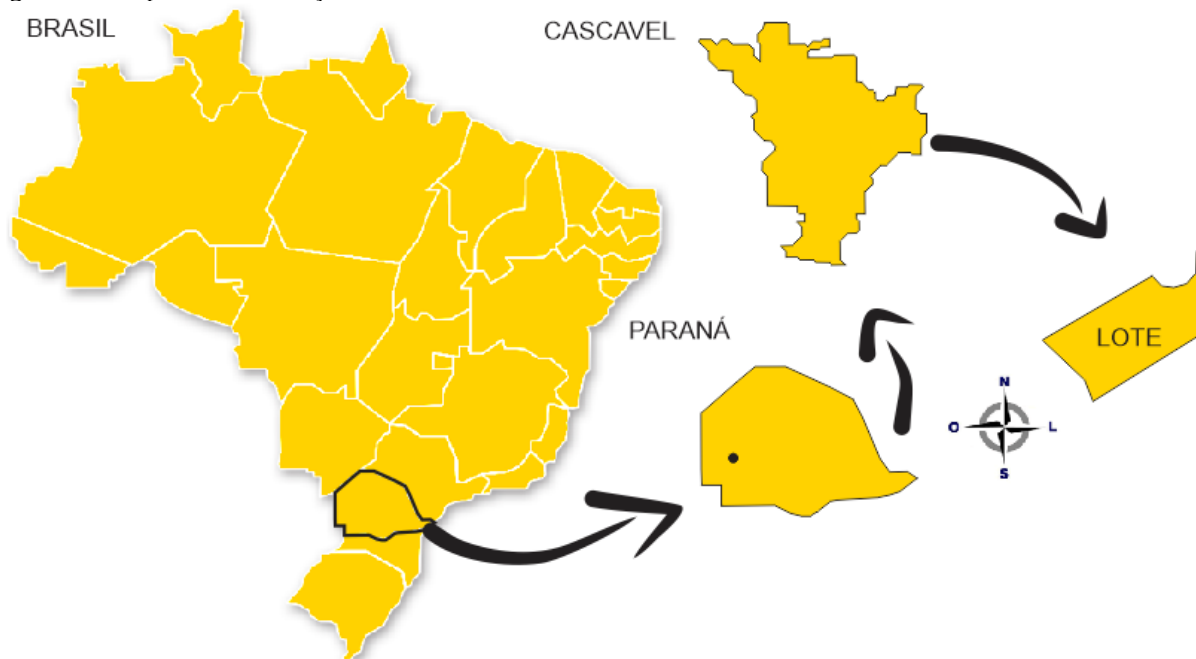
Seus dormitórios foram decorados de forma que as crianças ou jovens, da faixa etária determinada no ambiente, possam sentir pertencimento. Possui vários ambientes para estudo e atividades que estimule as crianças, tanto no seu interior como exterior. Tudo isso foi possível, com a ação voluntária de profissionais de arquitetura e design, juntamente com construtoras e empresas que doaram, seu serviço e todos recursos de materiais e mão de obra, necessários para a execução de reforma. Que resultou em um interior de qualidade e conforto. Seus aspectos arquitetônicos seguem a mesma linguagem das demais obras, com base de cores claras em paredes e revestimentos, e uso de colorido no mobiliário e brinquedos.

A maneira que esse projeto trabalhou com os interiores, é relevante na elaboração de espaços na proposta de reforma para o lar de crianças em Cascavel. Apresentando ambientes internos que além de conforto, possam estimular atividades de estudo e integração entre os indivíduos que moram ou visitam o local.

4 DIRETRIZES PROJETUAIS

O Recanto da Criança está situado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná – Brasil. A população estimada pelo censo de 2019 é de 328.454 mil pessoas. O lar está localizado na Rua São José, nº 260, bairro Claudete, fica a poucos minutos do centro da cidade. (IBGE, 2019).

Figura 13: Mapas de Localização



Fonte: CorelDraw, editado pela autora (2020).

O Lar das crianças em Cascavel, funciona a cerca de 40 anos, é uma ONG (Organização não governamental) da Associação Recanto da Criança, que atua no acolhimento temporário de crianças e adolescentes com vulnerabilidade social, de 0 a 18 anos. É um lar transitório que oferece o suporte necessário e atende as diretrizes conforme dispõe o artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990). Em média o local atende em torno de 20 crianças e adolescentes por mês, que de forma individual ficam por diferentes quantidades de tempo, conforme a necessidade de cada um deles.

O terreno possui uma área de 65856.0468 m², em sua maior parte não há edificações, e sim um amplo gramado. Na entrada principal, fica localizado duas edificações onde em uma delas está localizado as instalações administrativas, com salas de atendimento, trabalho e lavanderia. Na outra edificação ao lado, fica instalado salas de atividades de estudos, biblioteca e de música. Essas edificações são antigas, e por falta de recursos não tem muita manutenção arquitetônica, a ONG depende de doações voluntarias para poder executar melhorias nas estruturas do local.

Figura 14: Fachada do Recanto da Criança



Fonte: Site Google Maps (2020).

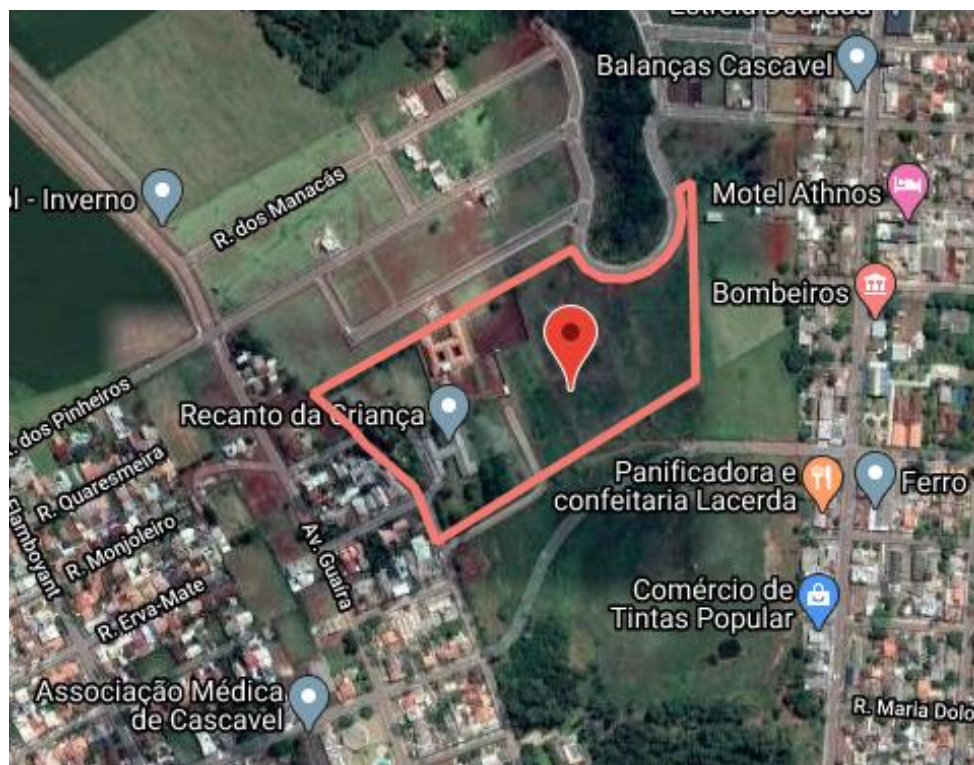
Figura 15: Casa para dormitórios do Recanto da Criança



Fonte: Site Google Maps (2020).

Além das edificações da entrada, no mesmo terreno tem duas casas construídas, onde fica os dormitórios das crianças e adolescentes, aos cuidados de monitoras e mães sociais. A mãe social tem o papel de cuidar das crianças que é designada, além disso ela também mora no local com as crianças. O Recanto além de cuidar das necessidades básicas para as crianças, oferece atendimento psicológico e faz acompanhamento escolar. Todos os serviços prestados e a estrutura, são fruto de doações voluntárias.

Figura 16: Recanto da Criança, imagem satélite



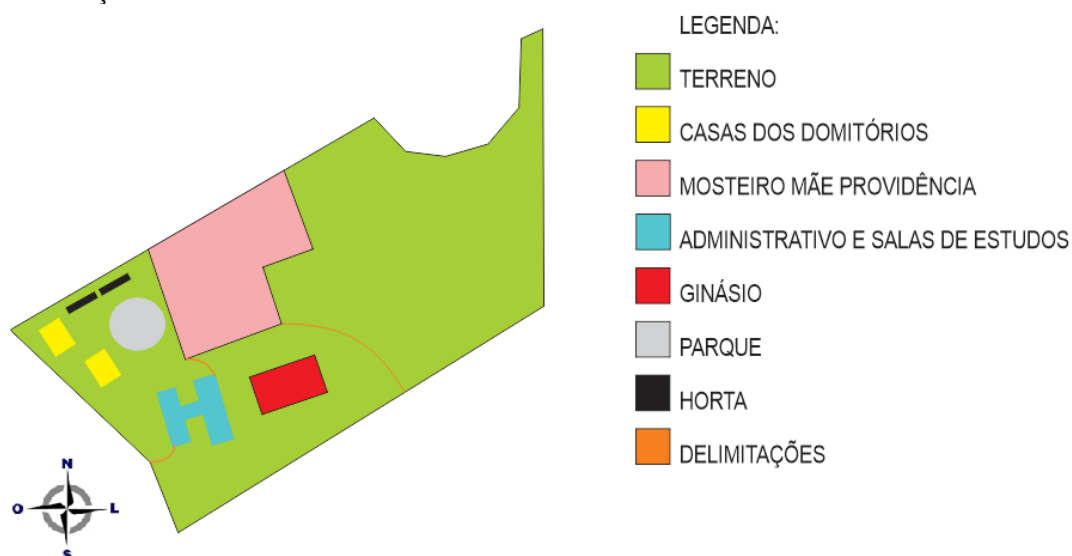
Fonte: Site Geoportal Cascavel (2020).

A localização do terreno está em um bairro de fácil acesso, a poucos minutos do centro e com um entorno residencial, possui acesso rápido a instituições de saúde e escolares. A via que passa em frente ao terreno é de pouco fluxo e logo em frente, tem um ponto de ônibus, possibilitando assim um fácil acesso ao transporte público. Outro fator positivo é que o seu espaço amplo possibilita espaços externos para as crianças brincarem e também ampliações futuras conforme sua necessidade. O entorno também ganha com esse adensamento populacional que o lar proporciona, pois, a edificação gera vivacidade ao espaço, não seria positivo ter um terreno nessas dimensões vazio, isso afetaria a qualidade e segurança dos moradores vizinhos.

A proposta de projeto para reforma do recanto, não vai afetar a iluminação das casas vizinhas, pois pretende-se a ideia de pavimento térreo apenas, totalizando assim uma altura que não prejudica a ventilação e iluminação nas proximidades da obra. A reforma também vai seguir as normativas dadas pela prefeitura, através do Geoportal, garantindo o uso adequado do solo, onde a consulta prévia informa que há uma área de preservação no local. Diante disso, todas as propostas feitas de reforma e ampliação do anteprojeto, vão respeitar as diretrizes recomendadas.

A figura 18, apresenta a maneira que o sol se movimenta durante o dia, consta-se que a testada da Rua São José está a oeste, desta maneira o projeto terá que prever medidas que proporcione conforto térmico e que regule a iluminação solar. Nesta mesma perspectiva é possível verificar que está também a direção dos ventos. Cascavel é uma cidade que sofre com temperaturas altas no verão e com baixas no inverno, portanto será analisado soluções para que em ambas estações o lar tenha uma edificação eficiente e preparada.

Figura 19: Situação ilustrativa do terreno



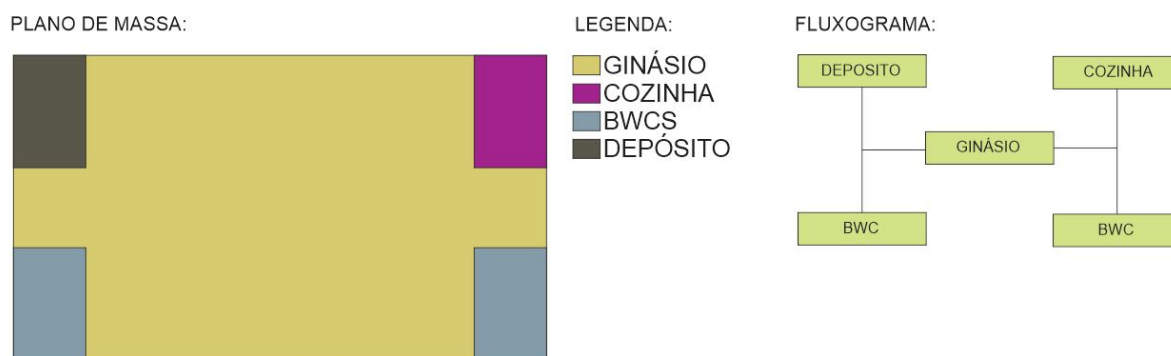
Fonte: CorelDraw, editado pela autora (2020).

A figura 19, apresenta de forma ilustrativa a situação das edificações locais e também as propostas de ampliações. Atualmente o terreno possui a parte administrativa com salas de estudos e duas casas para dormitórios, estas duas edificações serão reformadas na proposta do projeto, tanto na parte externa quanto em seu interior. No mesmo terreno possui a base Mosteiro Mãe Providência, este espaço não sofrerá modificações ou reformas, pois não é dedicado ao Recanto.

Além da reforma, está previsto algumas ampliações com novas edificações, são elas estruturas de delimitações para separar no terreno, entre a circulação social e a circulação privativa das crianças. Uma proposta de Ginásio, para elaboração de eventos e pratica de esportes, um parque privativo para as crianças e horta.

As casas de dormitórios existentes, serão reformadas com novos materiais, e em seu interior será apresentado mobiliários que possibilitem qualidade nas acomodações. Com dormitórios aconchegantes e de identidade, conforme a idade estabelecida para usar o local.

Figura 22: Plano de massa e fluxograma – Ginásio



Fonte: CorelDraw, editado pela autora (2020)

A figura 22, mostra a proposta e plano de massa e fluxograma do Ginásio para o Recanto, dentre as necessidades apresentadas pelos colaboradores do local, essa é que no momento mais se sente falta. O lar desenvolve vários eventos para arrecadações para manter as crianças, conforme já comentado, a Associação Recanto da Criança é uma ONG, e para que funcione corretamente, depende de doções voluntárias. O ginásio é um espaço desejado para melhorar a elaboração de campanhas e eventos de arrecadação, além disso as crianças ganham um espaço para praticar esportes. Podendo também ser feito o uso do mesmo, pela vizinhança.

5 CONCLUSÕES PARCIAIS

O estudo feito até o momento, mostrou a carência de melhorias na estrutura da Associação Recanto da Criança, que desde seu início, não teve grandes investimentos para reformas e alterações. Mostrou também a importância do espaço para o emocional, e devido a isso a arquitetura é uma importante ferramenta para ajudar na saúde mental e auxilia no acolhimento das crianças e adolescentes, dando a elas a segurança e sentimento de pertencimento no ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. Editora: Vicente Wissenbach, 2003.

BERNARDI, D. C. F. **Cada caso é um caso**: Estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo: Associação Fazendo História/NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e ao Adolescente, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>>. Acesso em 01/06/2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL, **Parágrafo 1 Artigo 101 da Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 01/06/2020.

BENTO, R. **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. São Paulo: 2010.

BOWBLY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3ª ed. Tradução: Álvaro Cabral São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BROIDE, J. **A Psicanálise nas Situações Sociais Críticas**: Uma Abordagem Grupal à Violência a Juventude das Periferias. Doutorado em Psicologia. Doutorado (TESE) em Psicologia Social. São Paulo: 2016. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp008483.pdf>>. Acesso em 01/06/2020.

BROWN, Rachael; FARRELY, Lorraine. **Materiais no Design de Interiores**. 1.ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

CÂNDIDO, Stella de oliveira. **Arquitetura Sustentável – É questão de bom senso**. 2012.

CANTER, D. **An Introduction to Environmental Psychology** In: CANTER, D. & STRINGER, P. (eds.). Environmental interaction, London: Surrey, University Press, 1975. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008>. Acesso em 01/06/2020.

CANTER, D. **The psychology of place**. London: Architectural Press, 1977. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008>. Acesso em 01/06/2020.

CANTER, D. e CRAIK, K. **Environmental psychology**. *Journal of Environmental Psychology*. London, 1981. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008>. Acesso em 01/06/2020.

CANTER, D. e COMBER, M. **A Multivariate approach to multiple sorting In: Sequence analysis; Surrey Conferences on Sociological Theory and Method**. London: Aldershot, Gower. 1985. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008>. Acesso em 01/06/2020.

CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES / CEBRA. **ArchDaily Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>>. Acesso em 01/06/2020.

CAVALCANTE, Lília; MAGALHÃES, Celina; PONTES, Fernando. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces**. Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza, 2007.

CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **ArchDaily Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons> . Acesso em 01/06/2020.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2000.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. **SNA detalha estatísticas da adoção e do acolhimento no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/estatisticas-da-adocao-e-do-acolhimento-no-brasil-sna/>> Acesso em: 21/04/2020.

CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COSTA, Leandra. L. L. **A luz como modeladora do espaço na Arquitetura**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (ciclo de estudos integrado). 2013. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2154/1/Tese%20Leandra%20Costa.pdf>>. Acesso em: 21/04/2020.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ECA. **Estatuto da Criança e dos adolescentes**. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21/04/2020.

EDWARDS, B. O Guia Básico para a Sustentabilidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blucher, 1º edição 1982 - 2º edição 1986 - 4ª edição, 1990.

FELIPPE, Maíra. **Casa: uma poética da terceira pele**. Psicologia & Sociedade. Florianópolis: v. 22, nº 2, p. 299-308, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30932645701>>. Acesso em: 21/04/2020.

GAMBOIAS, Hugo F.D. **Arquitetura com sentido (s) os sentidos como modo de viver a arquitetura**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24409>>. Acesso em: 21/04/2020.

GIBBS Jenny. **Design de Interiores guia útil para estudantes e profissionais**. 1º edição. São Paulo, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. C. S.; DUARTE, D.H.S. **Arquitetura Sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino**. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.6, n.4, p.51-58, out. /dez. 2006).

GULASSA, M. L. C. R. (Coord.). **Abrigos em Movimento: o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo**. São Paulo: Associação Fazendo História/NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GURGEL, Miriam. **Projetando Espaços: Guia de Arquitetura de Interiores para áreas residenciais**. 5.ed. São Paulo. Senac, 2002.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.

INNES, Malcolm. **Iluminação: No Design de Interiores**. 1ªed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

JARDIM DE INFÂNCIA FORFATTERHUSET. **Construtora Tecla**. 2020. Disponível em: <<https://www.construtoratecla.com.br/2014/10/24/a-creche-inovadora-na-dinamarca-que-foi-pensada-como-uma-vila-para-criancas/>> Acesso em: 01/06/2020.

LAMAS, J. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LAR AMIGOS DE JESUS. 2016. Disponível em:< <https://www.laramigosdejesus.org.br/>>. Acesso em: 21/04/2020.

LOURENÇO, Maria M. F. **Arquitetura Sensorial: O tato para a fruição do espaço arquitetônico**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36951>>. Acesso em: 21/04/2020.

MACIEL, Carlos. **Abrigos invulgares**. Belo Horizonte, p.8-9, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.arquitetosassociados.arq.br/?artigo=abrigosinvulgares>> Acesso em: 21/04/2020.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil**. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2ª ed. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf> Acesso em: 21/04/2020.

MONTEIRO, M. R. **Notas para a construção de um diálogo entre a Arquitetura e a Semiótica. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

NOGUEIRA FILHO, 1956, Apud FALEIROS, 2011. Okamoto J. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação**. São Paulo: Mackenzie; 2002.

RAMBAUSKE, Ana Maria. **Decoração e Design de Interiores: Teoria da Cor. s.d.** Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Cor/teoria-da-cor.pdf>>. Acesso em: 21/04/2020.

RECANTO DA CRIANÇA. Disponível em: <<http://recantodacrianca.com/servicos>>. Acesso em: 21/04/2020.

RECANTO DA CRIANÇA. **Fotos Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Recanto+da+Crian%C3%A7a/@-24.9358733,-53.4817903,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94f3d15901c05507:0x3c776de74a2fe630!8m2!3d-24.9358733!4d-53.4796016>>. Acesso em: 01/06/2020.

RECANTO DA CRIANÇA. **Imagem satélite, Geoportal Cascavel**. Disponível em: <<http://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm?mslinkLote=4195410>>. Acesso em: 01/06/2020.

RECANTO DA CRIANÇA. **Mapa de residências, Geoportal Cascavel**. Disponível em: <<http://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm?mslinkLote=4195410>>. Acesso em: 01/06/2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO, V.D. – **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento** – São Paulo, 1990.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente** / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Mauri Luiz Da. **Luz, Lâmpadas e Iluminação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2004.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UIA. **Carta UNESCO UIA/ Para a formação em arquitetura**, Tóquio. 2011.

VENÂNCIO, R. P. (org.). **Uma História Social do Abandono de Crianças:** de Portugal ao Brasil: Séculos XVIII – XX. São Paulo: Alameda/ Editora PUC Minas, 2010.

VIEIRA, P.B.H. **Uma Visão Geográfica das Áreas Verdes de Florianópolis-SC:** estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VOGEL, Arno. **Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo.** In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: EDUSU/ Amais, 1995.

YEANG, S.d. 1999 apud: AMODEO; BEBENTO; FRETIN, op. Cit., 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.